

# **CLIPPING IMPRESSO**

**07/05/2020**



# INDICE

---

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. COMARCAS.....	1
1.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	2 - 3
1.3. VARA CRIMINAL.....	4
1.4. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	5 - 6
2. JORNAL CORREIO BRAZILIENSE	
2.1. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	7 - 8
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	9 - 24
4. JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO	
4.1. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	25 - 26
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	27 - 34
6. JORNAL O PROGRESSO	
6.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	35
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. COMARCAS.....	36 - 37
7.2. JUIZADOS ESPECIAIS.....	38
7.3. PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJE).....	39
7.4. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	40 - 43
8. JORNAL VALOR ECONÔMICO	
8.1. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	44
9. O GLOBO	
9.1. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	45 - 47

# 3ª Vara de Codó suspende exigência de comparecimento de réus ao fórum por 90 dias

A 3ª Vara da Comarca de Codó suspendeu até o dia 15 de julho (90 dias) a exigência de comparecimento mensal ao fórum, para os réus beneficiados com o regime aberto ou medida cautelar diversa da prisão nos processos de competência da unidade judicial. Para edição da medida, a juíza Flávia Barçante, titular da 3ª Vara, considerou dentre outros o quadro de pandemia da Covid-19 e a situação de emergência em saúde declarada pelas autoridades.

“Estabelecer procedimentos e regras para fins de prevenção à infecção e à propagação do novo co-

ronavírus particularmente em espaços de confinamento, de modo a reduzir os riscos epidemiológicos de transmissão do vírus e preservar a saúde de agentes públicos, pessoas privadas de liberdade e visitantes, evitando-se contaminações de grande escala que possam sobrecarregar o sistema público de saúde”, frisa o documento.

A magistrada também atende aos termos de Ofício remetido pelo Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do Conselho



Nacional de Justiça, quanto a dispensa do comparecimento mensal dos réus beneficiados em processos judiciais criminais.

A 3ª Vara de Codó comunicou a decisão, emitida por meio da Portaria n.º 1551/2020, à Corregedoria

Geral da Justiça, e aos representantes do Ministério Público, Defensoria Pública e Seccional da Ordem Advogados da Comarca. Ao final do período de suspensão, a magistrada vai reavaliar a necessidade ou não de prorrogação da medida.

## PARA 730 PRESOS NO MARANHÃO

# Juiz adia para junho a saída temporária de Dia das Mães



O juiz da 1ª Vara de Execuções Penais de São Luís, Rommel Cruz Viegas, adiou a saída temporária do Dia das Mães de 730 presos no Maranhão. A saída seria de 6 a 12 de maio e agora será de 24 a 30 de junho, podendo ser reavaliada.

A Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP)

do Estado também queria o adiantamento da saída temporária de Dia dos Pais e do Dia das Crianças, mas o pedido foi negado pelo juiz.

Dos 730 presos que estão aptos a receber o benefício, 437 estão custodiados em unidades prisionais e 293 se encontram em prisão domiciliar. Os demais

pedidos de benefícios, como progressão/antecipação de regime prisional, livramento condicional e prisão domiciliar, serão analisados individualmente em processos específicos.

Para Rommel Cruz, a SEAP reconheceu a sua impossibilidade de atender às recomendações quanto

ao retorno dos internos, nos aspectos materiais e físicos, assim como às medidas e barreiras sanitárias para a contenção do novo coronavírus, principalmente a realização de testagens. Desse modo, haveria o risco dos detentos saírem e levarem o vírus para dentro das prisões durante o retorno.

**Judiciário  
adia saída  
temporária  
do Dia das  
Mães de  
730 presos**

**PÁGINA 8**



---

## PMMA prende foragido da justiça

A Polícia Militar por meio da 1ª Unidade de Segurança Comunitária (USC) prende na tarde desta terça-feira (05) um indivíduo foragido da Justiça no Bairro do Sol e Mar em São Luís.

Os policiais militares do Grupo Tático Móvel (GTM) realizavam rondas ostensivas e preventivas na Avenida Sol Nascente, quando avistaram um indivíduo em atitude suspeita; foi

realizado abordagem e durante a busca pessoal foi verificado que o suspeito é foragido da Justiça. Ele possui diversas passagens pelo crime de roubo, motivo do mandado de prisão expedido pela 4ª Vara Criminal da Capital.

Diante dos fatos o indivíduo recebeu voz de prisão e foi apresentado na Delegacia do Cohatrac para as medidas cabíveis.

lockdown na Ilha de São Luís tem adesão -

DEZENAS DE BLOQUEIOS E MENOS MOVIMENTO

# 1º dia lockdown na Ilha de São Luís tem adesão

Avenida Litorânea, Anel Viário, Terminal da Praia Grande, entrada da cidade e Terminal da Ponta da Espera. Todos esses pontos tradicionalmente movimentados ficaram esvaziados ou com pouca circulação nesta terça-feira (5), o primeiro dia do lockdown (bloqueio) na Ilha de São Luís.

O lockdown foi pedido pelo Ministério Público, concedido pela Justiça e acatado pelo Governo do Maranhão, que pôs em prática diversas medidas. Elas valem até o dia 14, somente na Ilha de São Luís.

O objetivo é reduzir a curva de contágio do coronavírus, cujos casos estão concentrados na Região Metropolitana.

Para ajudar a reduzir a circulação e induzir o cumprimento as regras do decreto acerca do lockdown, foram montados 50 pontos de bloqueio em diversas partes da Ilha. Policiais militares e outros profissionais ajudam na operação.

Nesses bloqueios, só pôde passar quem preenchia os requisitos estabelecidos pelos decretos. Entre eles, profissionais de saúde a trabalho, funcionários e servidores de serviços essenciais e



caminhões de carga.

Os trabalhadores de serviços essenciais tiveram que mostrar a Declaração de Serviço Essencial, fornecida pelas empresas. O modelo está disponível nos canais oficiais do Governo do Estado.

O documento tem que estar em papel timbrado. Os trabalhadores devem andar com o original. Cópias não são aceitas.

“São centenas de declarações sendo apresentadas às guarnições. Estamos observando que as pessoas atenderam ao chamado das autoridades sanitárias e

houve diminuição significativa de circulação de pessoas tanto a pé quanto em veículos”, afirmou o coronel Pedro Ribeiro, comandante da Polícia Militar do Maranhão.

No caso dos caminhões de carga, a circulação foi liberada para abastecer os mercados, que continuam abertos. O mesmo acontece com feiras, hospitais e farmácias, por exemplo.

## Adesão

Pela manhã, o governador Flávio Dino fez um balanço das primeiras horas de lockdown na Ilha: “Estamos vendo uma adesão espon-

tânea da imensa maioria da sociedade, além de termos tido efetividade nos pontos de fiscalização e controle”.

Ele também destacou o papel dos bombeiros militares e civis, que estão organizando as filas da Caixa Econômica Federal, a fim de evitar aglomerações.

“Estamos obtendo êxito na organização das filas. A situação anterior era absurda, por lamentável falta de planejamento do Governo Federal”, disse Flávio.

## Ônibus

Nos terminais de ônibus, o movimento também foi pequeno. A rodoviária não está funcionando. “Todas essas ações estão sendo fiscalizadas por barreiras policiais”, disse o presidente da Agência Estadual de Mobilidade Urbana e Serviços Públicos, Lawrence Melo.

O sistema de transporte semiurbano está operando com frota de 50%, com a obrigatoriedade de passageiros sentados e com máscara. “Também está sendo feita a higienização dos veículos assim que entram no terminal”, afirmou Melo.

Sobre os ferryboats, houve redução para quatro viagens diárias para atender prioridades como caminhões, viaturas e ambulâncias.



# Blitz Urbana orienta comerciantes

Funcionamento apenas de estabelecimentos essenciais durante lockdown

A Blitz Urbana, órgão da Prefeitura de São Luís, está orientando o comércio de serviços e produtos não essenciais sobre as medidas de restrições constantes na decisão judicial que determinou o lockdown na região metropolitana. Na manhã desta quarta-feira (06), os fiscais estiveram na Cidade Operária, bairro de comércio popular intenso, disciplinando o funcionamento dos estabelecimentos que descumpriam os decretos estadual e municipal. Por meio de um trabalho de convencimento, todos os comerciantes de itens como roupas e calçados concordaram em suspender suas atividades. A fiscalização do comércio de produtos e serviços não essenciais está sendo feita pela Blitz Urbana com o apoio da Guarda Municipal e Polícia Militar.

As equipes de fiscalização verificaram um grande

número de estabelecimentos comerciais não essenciais funcionando normalmente no bairro. Após serem informados que apenas serviços essenciais como a venda de alimentos, medicamentos, produtos de limpeza e higiene pessoal podem permanecer abertos, os lojistas do bairro concordaram em fechar suas portas.

A ação tem sido educativa. Durante as abordagens os fiscais informam sobre a determinação judicial e quais regras precisam ser cumpridas até o dia 14 de maio, quando encerra o período de lockdown na região metropolitana. O secretário Adjunto de Fiscalização da Blitz Urbana, Samuel Dória, destaca que desde a terça-feira (05), quando teve início o lockdown em São Luís, todos os comerciantes abordados têm compreendido a importância do cumprimento da medida.

"Não temos tido qualquer tipo de resistência. O nosso trabalho tem sido educativo. Repassamos todas as restrições que constam nos decretos para o funcionamento do comércio e orientamos o fechamento dos estabelecimentos que não se enquadram como essenciais. É um trabalho de convencimento e temos percebido que o resultado está sendo positivo", disse.

No primeiro dia de lockdown, na terça-feira (05), a Blitz Urbana fiscalizou os comércios dos bairros Areinha, São Francisco, Renascença, Calhau, Vinhais, Cohama, Turu, Cohab e Cohatrac. Também foi fiscalizado o comércio da Fonte do Bispo. A Blitz Urbana prestou apoio à Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento (Semapa) na fiscalização dos mercados do Anjo da Guarda, João Paulo e Liberdade.

Em todos esses locais, além de verificar se apenas o comércio essencial está funcionando, os fiscais têm orientado sobre o uso de máscaras, a importância do distanciamento nas filas e restrições ao acesso de pessoas a estabelecimentos para evitar aglomerações.

Além do comércio, estão sendo fiscalizados o tráfego de pessoas e veículos e os mercados. O objetivo é fazer com que seja cumprido o isolamento social e reduzir a curva de casos da Covid-19 na ilha de São Luís. O cumprimento do decreto de lockdown em São Luís está sendo fiscalizado por equipes da Prefeitura e do Governo do Maranhão. O decreto restringe a circulação de pessoas e paralisa atividades não essenciais em São Luís e região metropolitana por 10 dias, até o dia 14 deste mês, conforme determinação da Justiça.

Ministro da Saúde fala em bloqueio total após Brasil registrar 615 mortes e 10.503 casos em 24 horas. Capitais de quatro estados já adotaram medida mais rígida de isolamento. São Paulo e Rio avaliam opção. Percentual de pacientes recuperados também diminuiu

# Pior dia da pandemia faz Teich prever lockdown

» MAÍRA NUNES  
» BRUNA LIMA  
» MARIA EDUARDA CARDIM

Pelo segundo dia consecutivo, o Brasil bateu recorde ao confirmar o maior número de mortes pelo novo coronavírus de um dia para outro. Com um acréscimo de 615 óbitos, o total oficial de vítimas da covid-19 no Brasil subiu de 7.921 para 8.536. O número oficial de casos confirmados da doença no país passou de 114.715 para 125.218, sendo 10.503 novos casos registrados entre terça e quarta-feira. Diante dos números cada vez mais acentuados, o ministro da Saúde, Nelson Teich, que assumiu a pasta com o objetivo de aproximá-la do posicionamento do presidente Jair Bolsonaro, admitiu pela primeira vez a possibilidade de lockdown nas cidades mais afetadas pelo vírus. Dos 9 estados que, juntos, concentram 90% das mortes no país, quatro já anunciaram bloqueio total e o restante cogita adotar a medida.

“Vai ter lugar em que o lockdown é necessário, vai ter lugar em que eu vou poder pensar em flexibilização. O que eu preciso é que a gente pare de tratar isso de uma forma radical, até para que a gente tenha a tranquilidade de poder implementar as medidas

em cada lugar do país onde a melhor coisa vai ser feita naquela situação”, afirmou Teich. O ministro pediu para que a polarização e a discussão política sobre o isolamento sejam deixadas de lado nesse momento.

“É importante que a gente discuta as estratégias de acordo com a situação de cada lugar para que a gente não generalize ser a favor ou contra o lockdown. Ele vai ser importante nas cidades em que a situação estiver muito difícil, com incidência alta, alta ocupação de leitos, número crescente de pacientes chegando nos hospitais, infraestrutura que não conseguiu se adaptar”, explicou.

São 10 unidades da federação que já registram mais de 100 mortes: São Paulo (3.045), Rio de Janeiro (1.205), Ceará (848), Pernambuco (803), Amazonas (751), Maranhão (291), Pará (392), Bahia (160), Espírito Santo (145) e Paraná (101). Juntos, esses estados somam 7.741 mortes, ou seja, 90% dos óbitos no Brasil.

Nesta semana, capitais de quatro dos 10 estados passam a adotar isolamento social obrigatório, com imposição de multa e até prisão para quem sair na rua sem justificativa. O restante aponta para o mesmo caminho. Após São Luís do Maranhão, Fortaleza, Salvador e Belém anunciarem a forma mais rígida de distanciamento

social, o prefeito de São Paulo disse considerar o regime como opção em breve para frear o avanço do novo coronavírus.

## Pressão no Rio

Enquanto isso, o Ministério Público do Rio de Janeiro pressiona autoridades a implantarem o bloqueio total no estado. O argumento é de que a medida “é eficaz para a redução da curva de casos e dá tempo para reorganização do sistema em situação de aceleração descontrolada de casos e óbitos. Os países que implementaram, conseguiram sair mais rápido do momento mais crítico”. A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) encaminhou um relatório ao MPRJ com os estudos técnico-científicos que embasam o posicionamento da instituição.

O governador Wilson Witzel se pronunciou, dizendo que avalia a implementação. Já a prefeitura do Rio anunciou lockdown parcial, focado nas grandes zonas de circulação onde a população não está respeitando as orientações. Calçadas inteiras devem ser interditadas a partir de hoje, ficando o monitoramento a cargo da polícia municipal. Serviços essenciais

não devem ser afetados.

No Amazonas, o MP fez apelo semelhante ao governador e pedidos. Foi protocolada uma ação civil pública solicitando que o estado adote as medidas que configuram o lockdown por dez dias, com possibilidade de prorrogação. A 1ª Vara da Fazenda Pública indeferiu o pedido inicial, mas a medida será discutida entre os governantes. Na avaliação do prefeito de Manaus, Arthur Virgílio Neto, a medida é arriscada e deveria ser levada a uma reunião mais ampla. “Sugiro adotarmos medidas mais rígidas que forcem a adesão das pessoas ao isolamento social, sem a decisão extrema e arriscada do lockdown”, disse.

Após ver de perto a situação crítica vivenciada no Amazonas, o ministro da Saúde, Nelson Teich, comunicou que pretende incorporar à agenda a rotina de visitas aos locais mais afetados do país. “No início, vamos focar naquelas (cidades) que estão com mais problemas. Vamos trabalhar, também, as cidades que potencialmente podem evoluir para uma situação mais delicada”, pontuou. O objetivo é conseguir se aproximar das demandas e entender de que forma podem ser

sanadas de forma mais rápida e efetiva possível.

## Novo patamar

Pela primeira vez desde o início da pandemia, o país atingiu o patamar de mais de 10 mil casos confirmados em um único dia. Ontem, o balanço do Ministério da Saúde registrou 10.503 casos, chegando a 125.218. o secretário de Vigilância em Saúde, Wander-son de Oliveira.

Enquanto a curva dispara em relação ao aumento de casos e mortes, o percentual de pessoas recuperadas diminuiu. São 51.370 pacientes curados, o que representa 41% do total de infectados. Duas semanas atrás, o índice era de 54%.

Nesse contexto, o Brasil observa uma ocupação cada vez maior de leitos de UTI em hospitais do país. Na cidade de São Paulo, a taxa de ocupação reservada para atendimento à covid-19 é de 86,6%. No Rio de Janeiro, o índice fica em torno de 97% no SUS. As duas capitais somam o maior número de casos confirmados e de mortes no Brasil.

## »» Bloqueio total

**Confira como está a situação dos 10 estados que, juntos, concentram 90% das mortes por covid-19 no Brasil**

### Onde foi decretado

Maranhão (São Luís)

Ceará (Fortaleza)

Pará (10 municípios)

Bahia (Salvador)

### Onde é cogitado

Rio de Janeiro

São Paulo

Pernambuco

Amazonas

Espírito Santo

Paraná

**Ministro Nelson Teich: "Vai ter lugar em que o lockdown é necessário, vai ter lugar em que eu vou poder pensar em flexibilização"**

Alan Santos/PR



Nelson Almeida/APP



**Painel no metrô de SP ganha máscaras do artista Alex Flemming. Uso será obrigatório no estado a partir de hoje**

Transparência

# **DPE/MA quer saber locais e total de testes para Covid-19**

Órgão alega que, além da falta de transparência do governo sobre testes, ainda há incertezas sobre número de leitos disponíveis. **POLÍTICA 3**

# **DPE aciona Estado para informar locais e total de testes para Covid-19**

Órgão alega que, além da falta de transparência do governo em relação à testes para pacientes, ainda há incertezas sobre número de leitos disponíveis

GILBERTO LÉDA  
Da editoria de Política

Uma ação da Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE-MA) deve forçar o Governo do Maranhão a informar publicamente – e, depois, a manter atualizados – os dados sobre a quantidade de testes rápidos e moleculares (RT-PCR) para detectar o novo coronavírus (Sars Cov 2) que possui em cada unidade de saúde, sobre a localização dessas unidades de saúde e sobre os critérios de acesso à testagem.

O pedido foi formulado pelos defensores do Núcleo de Defesa do Idoso, da Pessoa com Deficiência e da Saúde da DPE, Benito Pereira da Silva Filho, Cosmo Sobral da Silva e Krisândia Santos Marinho.

O caso será julgado pelo juiz Douglas de Melo Martins, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, o mesmo que determinou rapidamente a obrigatoriedade do estado de decretar o lockdown na Região Metropolitana de São Luís. Ele já recebeu a ação e deu prazo de três dias para o Estado se manifestar.

No processo, os defensores apontam que já solicitaram essas informações – e outras mais – administrativamente à Secretaria de Estado da Saúde (SES), sem obter resposta aos ofícios encaminhados. E destacam as várias contradições reveladas pela imprensa entre a capacidade de atendimento anunciada pelo Executivo estadual nas redes sociais e a efetivamente ativada, de acordo com os boletins epidemiológicos. Para a DPE, falta transparência.

“Não bastando os problemas reais gerados pela pandemia, a sociedade maranhense ainda tem que lidar com inconsistência de informações divulgadas pelo governo. Tendo em vista a contradição da quantidade de leitos existentes anunciados pelo governador Flavio Dino em redes sociais e número real publicado pela SES/MA”, dizem, na ação.

Os representantes da Defensoria pedem, ainda, que a Justiça



Divulgação

Quantidade de testes e locais de testagem do governo são solicitados pela Defensoria Pública Estadual

## MP também cobra mais transparência do governo

Alvo do pedido da Defensoria Pública, o juiz Douglas Martins deverá decidir, também, sobre um pedido do Ministério Público relacionado à transparência da gestão estadual: numa ação civil pública protocolada no fim de semana na Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, o promotor de Justiça da Defesa do Idoso, José Augusto Cutrim, cobrando que o Governo do Maranhão seja obrigado “a demonstrar e comprovar, com total transparência, [...] as medidas efetivamente adotadas e valores financeiros recebidos e despendidos de repasses da União, emendas parlamentares e doações privadas, gastos no enfrentamento da pandemia ocasionada pela propagação do coronavírus”.

O representante do MP decidiu processar o Estado em virtude de inúmeras denúncias de óbitos, em especial de pessoas idosas, por falta de atendimento, equipamentos de proteção individual, leitos de UTI, respiradores, testes, exames, medicamentos, e demais

materiais usados no combate a COVID-19.

Na ação, Cutrim destaca que houve promessas de aparelhamento do sistema de saúde estadual que não se concretizaram, “ou foram pífiás”. Ele relata ter recebido denúncias de idosos que morreram por falta de leitos de UTI na rede pública, e de profissionais de saúde que trabalham sem equipamentos de proteção adequados.

Para o promotor, o fato de a Justiça ter precisado mandar que o governo decretasse o lockdown é “prova maior da incompetência e inoperância do Governo Estadual no combate ao avanço do novo coronavírus”.

Augusto Cutrim também cobra divulgação mais clara de como estão sendo gastos os recursos federais que já foram enviados ao Maranhão – com publicização de contratos – e da destinação de equipamentos como respiradores, por exemplo. Ele solicita, ainda, mais detalhes sobre a testagem, da população.

possa ter acesso direto ao Sistema de Regulação de Leitos da Rede Pública Estadual, como forma de embasar possíveis decisões judiciais mais corretas, já que lastreadas em dados claros, como a quantidade de leitos existentes e ocupados por unidade hospitalar, a fila de espera atual, o histórico desta fila, as mudanças de critério, se os últimos laudos e informações clínicas constam do sistema, posição na fila, o tempo de espera, e a quantidade total de leitos disponíveis no sistema, por exemplo,

Para eles, o acesso a essas informações evitaria, ainda, situações como a de profissionais do Samu, registradas há pouco mais de uma semana, que chegavam com pacientes graves em UPAs e não conseguiam atendimento.

“O acesso a estas informações pelo sistema de justiça serviria inclusive para evitar a comum frase de que as decisões judiciais fomentariam o fura fila e desorganizaria a regulação do sistema de saúde. Evitaria ainda que a lamentável situação denunciada pelos próprios agentes da saúde do SAMU, que levam os pacientes de unidade em unidade em São Luís sem receberem por atendimento”, destacaram. O prazo do Estado para se manifestar nos autos encerra-se na sexta-feira, 8. ●

# ESTADO MAIOR

## Transparência I

O juiz Douglas Martins, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, tem para julgar duas ações contra o governo estadual que pede transparência nas ações relacionadas à Covid-19.

A mais recente é da Defensoria Pública do Estado (DPE) que quer mais detalhes sobre os números de testes que o Maranhão tem e os locais que os testes estão sendo realizados.

Segundo a DPE, houve um pedido em processo administrativo para que a Secretaria Estadual de Saúde concedesse os dados, mas a SES não enviou as informações.

## Transparência II

Esta não é a primeira ação contra o governo do Maranhão que pede transparência em ações relacionadas ao combate ao novo coronavírus.

O Ministério Público Estadual pediu que a gestão estadual mostre dados sobre recursos destinados para as ações de enfrentamento à Covid-19.

Esta é a segunda ação contra o governo estadual que o magistrado da Vara de Interesses Difusos e Coletivos precisa julgar.

Divulgação



Em ação da Blitz Urbana, comerciantes são orientados a fechar lojas na Cidade Operária

Fiscalização

# Lojas são fechadas na Cidade Operária

CIDADES 6



Comerciantes são orientados  
a fechar lojas por causa do  
*lockdown* em São Luís

Em **CIDADES 6**

# Comerciantes são orientados a fechar lojas durante o *lockdown*

Equipes da Blitz Urbana, com o apoio da Guarda Municipal e Polícia Militar, conversaram com donos de lojas que não são consideradas essenciais no bloqueio total, orientando para a necessidade de mantê-las fechadas

Equipe da Blitz Urbana percorre lojas de serviços não essenciais que estavam abertas com rajadas, todos os comerciantes

O bloqueio total continua vigorando na Região Metropolitana de São Luís, após determinação da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, que foi acolhida pelo Governo do Estado por meio do Decreto nº 35.784, publicado no último dia 3 de maio. No segundo dia de validação do *lockdown*, houve uma operação da Prefeitura de São Luís na região da Cidade Operária. Durante a ação, realizada pela Blitz Urbana, os comerciantes foram orientados a fecharem suas lojas por não ter permissão de funcionamento.

A operação foi registrada durante o turno matutino desta quarta-feira, 6, quando os fiscais estiveram na Cidade Operária, onde há muitos estabelecimentos comerciais. O objetivo foi o disciplinamento dos comerciantes que insistiam em descumprir o decreto do *lockdown*, que tem validade até o próximo dia 14, e também outros da esfera municipal. A ação, que teve um aspecto educativo, abrangeu vários segmentos, como o de roupas e calçados, que não são considerados essenciais. Portanto, não deveriam abrir.

Após conversa com os fiscais da Blitz Urbana, os comerciantes concordaram em suspender suas ativi-

dades. Na Cidade Operária, as equipes se surpreenderam com a quantidade de estabelecimentos que estavam abertos, sem autorização de funcionamento. Essa conduta é uma das variáveis que podem influenciar na elevada curva de contágio do novo coronavírus, uma vez que aglomerações favorecem a Covid-19 devido à forma de transmissão da doença, considerada rápida.

As equipes da Blitz Urbana, quando faziam o disciplinamento dos comércios, foram acompanhadas por policiais militares e guardas municipais para situações de resistência, fato que não aconteceu. A operação deve ocorrer em outros locais onde há muitos estabelecimentos, como o João Paulo, Bairro de Fátima e Anjo da Guarda. Nas feiras dessas comunidades, muitos lojistas continuam abrindo, sem que o empreendimento seja considerado essencial.

Nas feiras do BF e do João Paulo, por exemplo, muitos comerciantes estão tentando burlar o *lockdown* por meio de estratégias simples, como a abertura de somente uma parte da grade do estabelecimento. Quando a equipe de fiscalização se aproxima, esses microempresários fecham rapidamente a outra parte, mesmo quando clientes estão dentro. ●

### PERIGO DAS AGLOMERAÇÕES

O fechamento de comércios não essenciais é uma medida de distanciamento social. O lockdown tem esse objetivo de afastar as pessoas o máximo que puder nos locais públicos e privados. Estabelecimentos abertos significam presença de clientes dentro escolhendo os produtos. Em grupos, o contágio do novo coronavírus tem mais chances de acontecer. Isso ocorre porque as formas de disseminação são variadas, incluindo as gotículas respiratórias e o próprio contato, por meio de aperto de mão ou toques.

Qualquer pessoa que tenha contato próximo com alguém com sintomas respiratórios está em risco de ser exposta à infecção. Nas lojas, alguém pode manusear superfícies contaminadas e depois colocar a mão no nariz, olhos e boca. Infectado, esse cliente pode passar o vírus para familiares, vizinhos e amigos, aumentando a curva de contágio da Covid-19, o que dificulta o combate. No isolamento domiciliar, esse risco é menor, pois os cuidados domésticos impedem a disseminação.

O lockdown neutraliza essa forma de contágio porque o fluxo de pessoas nas ruas diminui drasticamente. Por este motivo, as barreiras são montadas nas principais avenidas da região metropolitana de São Luís. Onde há aglomeração, o coronavírus pode estar presente. É uma forma de controle da doença que apresentou resultados positivos na China, onde a pandemia começou em dezembro do ano passado e se espalhou para o mundo.

A cidade de Wuhan, epicentro do novo coronavírus, passou mais de três meses em lockdown, que foi encerrado somente no dia 8 de abril. Na China, não estão sendo mais registrados casos de transmissão comunitária. Os dados oficiais mostram apenas poucos casos importados.



### DECRETO

O Decreto nº 35.784, do último dia 3 de maio, estabelece as medidas preventivas e restritivas que serão aplicadas na Ilha do Maranhão, que engloba os municípios de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa. As ações do bloqueio total terão como base uma determinação da Vara de Interesses Difusos e Coletivos e a própria pandemia do coronavírus. Por meio disso, fica proibida qualquer aglomeração de pessoas em local público ou privado, como realização de shows, congressos, plenárias, torneios, jogos, apresentações teatrais, sessões de cinema, festas em casas noturnas e similares. Em todos os locais públicos e de uso coletivo, ainda que privados, é obrigatório o uso de máscaras de proteção, que podem ser descartáveis, caseiras ou reutilizáveis.



Equipe da Blitz Urbana percorreu lojas de serviços não essenciais que estavam abertas na Cidade Operária

Fotos/Divulgação



Após conversa com lojistas, todos os comércios foram fechados; ação aconteceu na manhã de ontem



## **LOCKDOWN**

# **DESRESPEITO AO BLOQUEIO TOTAL AINDA É VISTO NA ILHA**

No segundo dia de *lockdown* na Grande Ilha, apesar da redução de pessoas na área central de São Luís, ainda houve muita circulação de veículos na capital (foto), principalmente em bairros da periferia. **CIDADES 5**

**A** pesar de pontos de congestionamento em vias que normalmente já registram fluxo grande de veículos, no segundo dia de *lockdown* (quarta-feira, 6) já foi possível perceber redução do movimento de pessoas nas áreas centrais de São Luís, porém, na Rua Grande e em bairros da periferia e nos municípios em volta da capital, o número de pessoas fora de casa permanece alto.

Os pontos de bloqueio no Bacanga, Cohab, Guajaras e Estrada da Maioba, locais que servem de acesso para grandes áreas comerciais da cidade, foram um dos que tiveram maior volume de carros, causando até congestionamento. Segundo a Secretária Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT), isso acontece justamente por serem locais de grande fluxo. O Itaqui-Bacanga, maior alvo de reclamações sobre engarrafamentos, serve de acesso para a área portuária, lugar onde a maioria dos serviços é considerada essencial.

Esse cenário das manhãs na Grande São Luís, contudo, se contrastou com o registrado na noite anterior (do dia 5), em que houve redução de carros na capital maranhense. Em sua rede social, o prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Júnior (PDT), informou que no primeiro dia do *lockdown* ocorreu uma redução de cerca de 60% no tráfego em São Luís - em relação ao registrado no dia anterior. Contudo, na mesma noite, ainda havia intenso fluxo de carros em Paço do Lumiar. A Prefeitura de São Luís também informou que houve uma redução de 85% no total de usuários de transporte público. Antes do *lockdown* essa redução havia chegado a 70%.

# Lockdown: 2º dia tem redução de pessoas na área central de SL

Movimentação de veículos teve redução de 60% na Região Metropolitana de São Luís; bairros da periferia da capital ainda registram grande fluxo

chegado a 70%.

Em nota, a Prefeitura informou que, além das barreiras nos principais pontos de tráfego, o seu trabalho é reforçado pelo Centro de Controle de Operações do Trânsito, instalado no CCO da SMTT. O centro possui um painel com nove telas, por meio do qual é observada toda a movimentação do trânsito da cidade. O sistema de videomonitoramento é composto por 36 câmeras fixas e 32 câmeras de rotação de 360 graus, instaladas em pontos estratégicos dos principais corredores viários da capital. Por meio deste sistema é possível acompanhar em tempo real como estão as barreiras montadas na cidade e se há necessidade de deslocar equipes para outros pontos onde o tráfego esteja em desacordo com as regras do decreto de *lockdown*.

Segundo a Polícia Militar, essa redução permaneceu no segundo dia de bloqueio. As barreiras da PM foram montadas às 6h30, ao longo da cidade e permaneceram com a fiscalização e medidas educativas para orientar cidadãos que não tinham necessidade de estarem nas ruas a voltar para casa.

De acordo com o Governo Estadual, os efeitos do *lockdown* só serão visíveis nas redes de saúde após 10 dias de bloqueio.

## Segundo dia de lockdown

Na quarta-feira (6), segundo dia do lockdown, as ações para controlar a saída dos cidadãos continuaram. A Polícia Militar (PM) manteve medida de ação educativa àqueles que não tinham autorização para sair de casa, orientando que permanecessem em suas residências. As abordagens são de verificação da motivação para ir às ruas. De acordo com a PM, já é possível perceber, pouco a pouco, a conscientização das pessoas em relação a situação.

Além dos veículos particulares, foram fiscalizados ônibus, e cada passageiro passou pela verificação para justificar o motivo da saída. Aqueles que não tinham necessidade de estarem fora do seu domicílio foram orientados a retornarem para casa.

A Polícia Militar também acompanhou equipes de Vigilância Sanitária Estadual no intuito de fiscalizar estabelecimentos comerciais e bancários, para garantir o distanciamento social e o funcionamento apenas de serviços essenciais.

O Corpo de Bombeiros continuou com a operação Distância Segura, auxiliando as agências bancárias na organização das filas, evitando pontos

de aglomeração e orientando a população. Para acompanhar melhor as 17 agências da Caixa na Grande Ilha, o Corpo de Bombeiros Militar recebeu o apoio de mais 200 bombeiros civis.

Militares do Exército continuaram com as ações de limpeza pela cidade. Na manhã do dia 6, foi realizada a higienização de pontos de ônibus no bairro Alemanha. O Exército tem realizado todos os dias ações de higienização em diversos pontos da cidade como medida para evitar a contaminação da Covid-19.

## Fora da área central

Apesar da área central da capital estar

## Barreiras da PM foram montadas às 6h30

começando a seguir o bloqueio total - apesar de registro de movimento de pessoas na Rua Grande - alguns bairros da periferia, ainda possuem grandes pontos de aglomeração. Na feira do Cidade Operária muitas pessoas ignoravam o distanciamento social de no mínimo um metro, e continuaram a frequentar o local.

do trânsito intenso, e começaram a frequentar o local.

A fiscalização dos comércios está sendo feita pela Blitz Urbana, da Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação. O trânsito nessa região também continuou intenso. Além do enorme fluxo de carros registrados na noite do dia 5, as avenidas que dão acesso para a Cidade Operária estavam congestionadas no segundo dia do lockdown. Moradores do bairro do Turu também reclamaram do intenso movimento de veículos do local e da falta de fiscalização. O bairro possui o maior número de casos da Covid-19 na cidade de São Luís. São 153 até a manhã desta quarta-feira.

---

## Bloqueio total em São Luís repercute no exterior

O primeiro dia do *lockdown* aconteceu na terça-feira, 5, na Região Metropolitana de São Luís, onde as principais avenidas foram preenchidas por equipes de fiscalização, que incluiu agentes de trânsito, bombeiros e policiais militares. Veículos foram abordados, e os motoristas tiveram de comprovar se estavam se deslocando para serviços ou atividades essenciais. Esse bloqueio total ganhou repercussão internacional. O “The Washington Post” foi um dos veículos que divulgou a notícia.

Além do “The Washington Post”

gou a notícia.

Além do “The Washington Post”, a britânica Reuters também publicou sobre o bloqueio total que está acontecendo na Grande Ilha. Na matéria, a agência de notícias frisa que São Luís tornou-se a primeira grande cidade do Brasil a iniciar o lockdown contra o novo coronavírus, “como medida que ressalta os temores generalizados de que os serviços de saúde do País possam entrar em colapso devido à pandemia”, que já causou a contaminação de mais de 3 milhões de pessoas no mundo.

“A medida de bloqueio de terça-feira abrange São Luís e partes de três outros municípios, com uma população total de cerca de 1,3 milhão de pessoas no estado do Maranhão. Proíbe as pessoas de sair, exceto para obter mantimentos, medicamentos ou material de limpeza”, diz a matéria da Reuters. A agência de notícias destaca que o Maranhão ainda não sofreu o peso da crise, em comparação com o Amazonas, onde os hospitais estão sobrecarregados.

Outra agência de notícias que publicou sobre o lockdown na região metropolitana de São Luís foi a Associated Press (AP News). Em um dos trechos da matéria, o veículo de comunicação destaca que a capital maranhense entrou no bloqueio total na esperança de impedir que a pandemia do novo coronavírus sobrecarregasse o sistema de saúde de um dos estados mais pobres do Brasil, no caso, o Maranhão.

O novo coronavírus é classificado como um betacoronavírus da linhagem 2B. Em média, de acordo

com médicos infectologistas e pesquisadores, o período de incubação

é de 5 a 6 dias, variando de 1 a 14 dias. Os sintomas também são variados. O infectado pode sentir febre (87,9%), tosse seca (67,7%), fadiga (38,1%), produção de escarro (33,4%), falta de ar (18,6%), dor de garganta (13,9%), calafrios (11,4%), náuseas ou vômitos (5,0%), congestão nasal (4,8%) e diarreia (3,7%). ●

Fotos/Paulo Soares



## EDITORIAL

# Os atropelos do auxílio emergencial

**M**esmo com todos os esforços despendidos pela Caixa Econômica Federal para evitar aglomerações em frente das agências para o pagamento do auxílio emergencial de R\$ 600,00 - fato que ocorre no Maranhão e em todo o país - muitos beneficiários têm relatado problemas para conseguir se cadastrar ou movimentar os valores. A Caixa reconhece o problema e diz que as filas são inevitáveis. Mas fica a pergunta: por que não usar outras instituições financeiras?

Em meio à pandemia de coronavírus, é preciso atenção redobrada para evitar a disseminação, mesmo com o lockdown determinado pelo Justiça na Ilha de São Luís - compreendendo a capital e os municípios de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa. No momento, é impossível prever quando as filas serão reduzidas, embora a Caixa tenha aumentado o horário de funcionamento de todas as agências em duas horas e reforçado o número de funcionários de atendimento e vigilância. Uma coisa é certa: as filas chegam a colocar em risco parte do grande do esforço que tem sido empreendido para manter o isolamento social.

Além disso, há orientações para os cidadãos que

fizeram a solicitação do auxílio emergencial do governo federal possam consultar a situação dos seus requerimentos e, caso não tenham sido selecionados, para saber o motivo da negativa. Além do portal e do aplicativo da Caixa, as pessoas poderão acompanhar, desde terça-feira, 5, os seus pedidos por meio dos sites do Ministério da Cidadania e da Dataprev. A medida visa dar transparência aos procedimentos de análise, processamento, homologação e pagamento do benefício.

Com o início do calendário de saque em dinheiro direto da poupança digital, filas e aglomerações em agências da Caixa Econômica Federal foram registradas em diversas partes do país. Para quem não recebe Bolsa Família ou não está no Cadastro Único, o auxílio só pode ser pedido por meio do aplicativo Caixa Auxí-

lio Emergencial, ou site. No caso de quem optou receber por meio da poupança digital, a movimentação dos valores também depende do uso de um aplicativo, o Caixa Tem.

Para especialistas, o uso de meios digitais para o cadastro e pagamento do auxílio faz sentido, mas acreditam que algumas medidas poderiam ter sido tomadas para facilitar o acesso da população aos valores e evitar aglomerações. A prioridade do governo pelo sistema online é correta neste momento, mas, infelizmente, restringe bastante a população capaz de receber esse benefício imediatamente. Portanto, é necessária uma política que con-

signa distribuir recursos de maneira adequada, sem promover aglomerações.

Léa Melo, superintendente de epidemiologia e controle de doenças da Secretaria de Saúde do Maranhão, diz que essas aglomerações podem resultar

em risco, inclusive, às pessoas que estão em casa e acabam sendo contaminadas pelo familiar que vai até à agência. A transmissão do novo coronavírus é rápida, e as aglomerações advindas destas filas vão favorecê-la. Com isso, novos casos poderão atingir direta ou indiretamente pessoas de grupos de risco. Ou seja, não só haverá um aumento da incidência de contaminação pelo vírus, como também da letalidade. Ela ainda lembra que uma das características do novo coronavírus é a fácil proliferação. E as aglomerações propiciam uma disseminação mais rápida. Por sua vez, a Caixa diz que está ocorrendo o maior pagamento da história do Brasil e que em menos de 20 dias mais de 50 milhões de brasileiros já receberam o auxílio, ou seja, um em cada três adultos recebeu dinheiro pela instituição.

Problemas acontecem, mas têm que ser resolvidos. A diferença é que, no caso atual, o benefício precisa chegar com eficiência aos destinatários em questão de dias, porque muitos dependem desse dinheiro para sua subsistência e de suas famílias. No próximo sábado (9), mais de 2 mil agências em todo o país vão abrir suas portas para atendimento do auxílio emergencial.

**As filas chegam a  
colocar em risco parte  
do grande do esforço  
que tem sido  
empreendido para  
manter o isolamento**

# País tem recorde de óbitos; Teich já admite lockdown

Número de mortes chega a 8.536. Ministro vai na linha do que passa a ser feito em PA, MA e CE; Fiocruz sugere adoção no Rio

**André Borges** / BRASÍLIA

O Brasil registrou 615 mortes decorrentes do novo coronavírus em 24 horas, segundo atualização feita pelo Ministério da Saúde nesta quarta-feira. É o segundo recorde consecutivo de óbitos. Além disso, com um discurso bem mais cauteloso sobre o cenário de contaminação, o ministro da Saúde, Nelson Teich, admitiu, pela primeira vez, que a adoção de medidas de fechamento total (lock-

down) de cidades, com manutenção apenas de serviços essenciais, deve ser adotada no País em determinados casos.

Em dois dias, as mortes chegaram a 1.215. O total oficial de vítimas do novo coronavírus no Brasil subiu ontem de 7.921 para 8.536 ontem, conforme balanço do início da noite.

Mais cedo, Teich falou sobre a possibilidade de até ampliar o isolamento. Ainda ontem, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que a disseminação da doença estaria em queda e as pessoas

tinham de voltar ao trabalho, como chancela os atos de governadores e prefeitos que já aderiram ao fechamento total em cidades como Belém (que adotará a restrição a partir de hoje), São Luís e Fortaleza, entre outras. “Se você tiver uma situação onde você tem uma alta incidência da doença, uma infraestrutura baixa e vê a doença crescendo, vai buscar um distanciamento cada vez maior. Isso é o extremo da gravidade da situação”, disse o ministro.

Teich reafirmou que cada lo-

cal deve adotar a estratégia que for necessária e não medidas generalizadas. “O lockdown vai ser importante nos lugares onde estiver muito difícil, com alta incidência, alta ocupação de leitos, muitos pacientes chegando, infraestrutura que não conseguiu se adaptar. Aí você vai ter uma situação que realmente vai ter de proteger as pessoas.”

O ministro chamou a atenção para a necessidade de estabelecer regras que garantam que os serviços essenciais não parem, como saúde e alimentação. “Vai ter lugar em que o lockdown é necessário? Vai ter lugar em que eu vou poder pensar em flexibilização? Vai. O que preciso é que a gente pare de tratar disso de forma radical.”

Teich disse que o ministério já concluiu sua “diretriz” para auxiliar municípios em tomada de decisão. Trata-se, na prática, de um modelo matemático com cinco níveis de situação, para que os gestores avaliem itens como incidência da doença, in-



**MA.** Para Teich, ‘vai ter lugar em que lockdown é necessário’

fraestrutura disponível, disponibilidade de recursos, ocupação de leitos, entre outros, para que se adotem medidas restritivas ou não e de isolamento.

**RJ e AM.** O Ministério Público do Estado do Rio (MP-RJ) recebeu ontem um relatório da Fio-cruz defendendo a adoção urgente de medidas rígidas de isolamento social no âmbito terri-

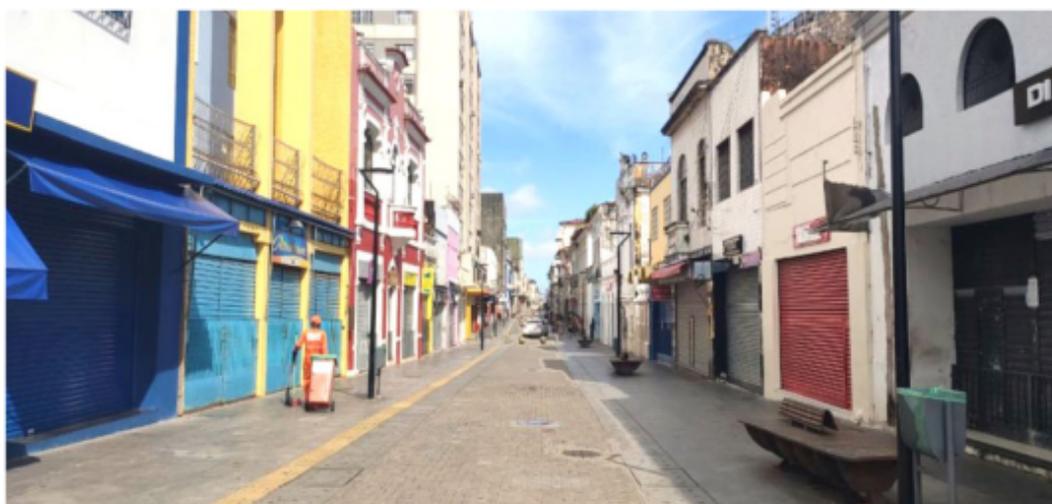
torial do Estado. Embasado por um estudo, o posicionamento da instituição científica foi encaminhado ao governador Wilson Witzel (PSC), e ao prefeito do Rio, Marcelo Crivella (Republicanos) para que se manifestem no prazo de 24 horas. No Amazonas, o Ministério Público Estadual solicitou à Justiça lockdown, mas o pedido foi negado. / **COLABOROU MARIANA DURÃO**

## PRESENTE NO FUTURO

# O impacto negativo no comércio do Dia das Mães

Comércio do Maranhão deve amargar uma situação econômica nunca antes vivenciada neste Dia das Mães. A data, que é considerada o Natal do primeiro semestre pelo comércio e a segunda mais importante no calendário varejista brasileiro, vai encontrar, na região metropolitana de São Luís, as portas dos comércios fechados.

PÁGINA 9



## LOCKDOWN

# Impacto no comércio do Dia das Mães

Situação inédita na Ilha de São Luís, a determinação judicial impacta fortemente as vendas para o Dia das Mães, segunda melhor data para o varejo

PATRÍCIA CUNHA

O comércio do Maranhão deve amargar uma situação econômica nunca antes vivenciada neste Dia das Mães. A data, que é considerada o Natal do primeiro semestre pelo comércio e a segunda mais importante no calendário varejista brasileiro, vai encontrar, na região metropolitana de São Luís, as portas dos comércios de serviços considerados não essenciais fechados. A medida é para impedir o avanço do novo coronavírus no estado.



A crise provocada pelo Covid-19 já acarretava uma queda histórica do volume de vendas no varejo em todo o Brasil. Com o lockdown (bloqueio total) dos serviços não essenciais em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar e Raposa, a situação tende a ficar mais crítica.

Determinado pela justiça via Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís e acatado pelo Governo do Estado (Decreto Estadual Nº 35.784/2020), o lockdown entrou em vigor na terça-feira (5) para conter a pandemia de Covid-19 e vale por dez

dias. A população deve seguir as medidas de restrição, sob pena de multa. Dentre os pontos elencados no decreto, está a suspensão das atividades não essenciais, com exceção de serviços de alimentação, farmácias, portos e indústrias que trabalham em turnos de 24 horas; suspensão da circulação de veículos particulares, sendo autorizados somente a saída para compra de alimentos ou medicamentos, para transporte de pessoas e atendimento de saúde, serviços de segurança ou considerados essenciais; limitação da circulação de pessoas em espaços públicos.

Assim, muitas lojas que utilizavam a plataforma digital para continuar as vendas por delivery, tiveram que acatar a decisão. “Devido à decisão judicial que determina o lockdown estamos suspendendo nossas atividades até que seja decretado o fim do mesmo. #fiqueemcasa”, informaram algumas lojas de vestuário e calçados que impulsionavam suas vendas pela Internet fazendo entrega a domicílio.

Para Max de Medeiros, Superintendente da Fecomércio, o impacto de um Dia das Mães sem comércio físico é mais direto sobre os pequenos negócios, que não têm a capacidade de migrar de forma tão inesperada e acelerada para as plataformas on-line e montar um sistema de entrega. “Por isso não descartamos, por exemplo, uma estratégia de incentivar o adiamento da comemoração da data para um período posterior. É importante que, nesse momento, as pessoas que mantem sua capacidade de compra preservada possam dar prioridade para o pequeno negócio local que ofereça os serviços de comercialização digital, para que possamos fazer com

que o dinheiro circule na nossa economia”, disse Medeiros.

Ainda de acordo com o superintendente, algumas estratégias estão sendo desenhadas para atenuar o grave impacto econômico que a data deverá experimentar este ano, como campanhas de conscientização para que os consumidores comprem de modo digital, priorizando o comércio local. “A situação é inédita, tanto para empresários quanto para consumidores, e, portanto, necessitaremos do empenho e apoio de todos para contornarmos a situação, sem deixar de lado um momento tão importante para as famílias como é o Dia das Mães”.



*Não descartamos, por exemplo, uma estratégia de incentivar o adiamento da comemoração da data para um período posterior*

# Fiscalização em pontos estratégicos na Ilha



No primeiro dia de lockdown, equipes da Secretaria de Estado da Saúde (SES), por meio da Superintendência de Vigilância Sanitária do Estado (Suvisa), mantiveram a fiscalização dos estabelecimentos, em pontos considerados estratégicos na Ilha de São Luís. Equipes de fiscais percorreram os bairros da Cohab, Cohatrac, Cidade Operária, São Francisco, Renascença e Avenida dos Holandeses.

Em caso de descumprimento das exigências do lockdown, o estabelecimento poderá sofrer desde advertências, a pagar multas e interdição parcial ou total. As multas poderão ir de R\$ 2 mil a R\$ 1,5 milhão, podendo dobrar o valor em caso de reincidência, mas levando em conta a capacidade econômica.

A Prefeitura de São Luís também está com suas equipes nas ruas. O trabalho será até o dia 14, quando encerra o decreto. Podem sair quem necessitar comprar alimentos, ir às farmáci-

as, unidades de saúde e outras atividades essenciais. Em todos os casos é necessário que haja comprovação da necessidade do deslocamento. A circulação de veículos particulares também só pode ocorrer nestes casos específicos. O comércio não essencial também segue fechado durante o período.

## No Brasil

De acordo com a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), a crise provocada pelo novo coronavírus vai acarretar uma queda histórica do volume de vendas no varejo, no de 2020. Em comparação com o ano passado, a entidade estima que o Dia das Mães acarretará um encolhimento de 59,2% no faturamento real do setor na data.

O presidente da CNC, José Roberto Tadros, explica por que a projeção de queda para o Dia das Mães por conta da pandemia ficou acima das perdas

estimadas para a Páscoa (-31,6%): “O Dia das Mães deste ano ocorrerá em meio ao fechamento de segmentos importantes para a venda de produtos voltados para a data, como vestuário, lojas de eletrodomésticos, móveis e eletroeletrônicos. Já a Páscoa tem como característica a venda de produtos típicos em segmentos considerados essenciais, como supermercados, que permaneceram abertos desde o início do surto de covid-19”.

Segundo a CNC, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, unidades da Federação (UFs) que respondem por mais da metade das vendas voltadas para o Dia das Mães, tendem a registrar perdas de 58,7%, 47,4% e 46,6%, respectivamente”, destaca. Em termos relativos, no entanto, três UFs do Nordeste deverão registrar as maiores perdas: Ceará (-74,2%), Pernambuco (73,5%) e Bahia (66,2%). Quando foi feita a pesquisa, ainda não havia sido decretado o lockdown em São Luís.



## "Ampliar leitos e fazer isolamento social"

Com equipes nas ruas intensificando a fiscalização das normas do lockdown e garantindo novas vagas na rede de saúde municipal, prefeito Edivaldo Holanda Jr. tem trabalhado juntamente com o Governo do Estado para minimizar os danos da Covid-19 na capital. PÁGINA 6

## COMBATE AO CORONAVÍRUS

# Prefeitura de São Luís atua para ampliar o isolamento social e o número de leitos

Prefeito Edivaldo diz que esforço para reduzir covid-19 continua em duas frentes: ampliar o isolamento social e o número de leitos

**C**om equipes nas ruas intensificando a fiscalização das normas do lockdown e garantindo novas vagas na rede de saúde municipal, prefeito Edivaldo tem trabalhado juntamente com o Governo do Estado para minimizar os danos da Covid-19 na capital

O prefeito Edivaldo Holanda Junior, que tem trabalhado em conjunto com o Governo do Maranhão, atua fortemente em duas principais frentes de trabalho neste cenário de pandemia: ampliar o isolamento social e também o número de leitos na rede municipal de saúde exclusivos para atendimento a pacientes vítimas do novo coronavírus (Covid-19). As estratégias integram um pacote de ações executadas pelo prefeito Edivaldo que tem trabalhado para reduzir os impactos da pandemia na capital desde antes da confirmação do primeiro caso, dia 20 de março. Assim, foram intensificadas as ações de fiscalização por toda a cidade em decorrência do estado de bloqueio total (lockdown) iniciado na terça-feira (5), bem como anunciada a ampliação de leitos na rede municipal.qw

“Nós temos trabalhado fortemente para ampliar o

número de leitos na cidade. Temos o Hospital da Mulher, como referência para este tipo de caso. Há também a rede de unidades hospitalares conveniadas com leitos clínicos e de UTI. A Prefeitura trabalha em conjunto com o Governo do Estado para que possamos em breve abrir a Clínica São José e o Hospital Português para oferecer mais leitos para a população. Com isso devemos somar mais de 300 novos leitos. Além disso, nossas equipes estão nas ruas para fazer cumprir as normas do decreto que estabeleceu o bloqueio total da ilha de São Luís e que já apresenta resultados positivos no que diz respeito à redução da taxa de isolamento”, disse o prefeito Edivaldo.

A estratégia da Prefeitura de São Luís, coordenada pela Secretaria Municipal de Saúde (Semus), prevê a ampliação e adequação de leitos na Maternidade Nazira Assub (Estiva) e na Unidade de Pronto Atendimento 24 horas da zona rural, bem como a parceria com o Governo do Estado para disponibilização de leitos na Clínica São José e no Hospital Português (ambos da rede privada). Por meio de parceria com o Governo tam-

bém estão sendo implantados novos leitos no Hospital da Criança.

Estas unidades estão sendo adaptadas para o atendimento à pacientes infectados com Covid-19. Outra medida já adotada pela Prefeitura para garantir a ampliação da rede de atendimento durante a pandemia é a implantação de leitos de retaguarda nas Unidades Mistas de Saúde (UMs) dos bairros Bequimão, Coroadinho, Itaqui-Bacanga e São Bernardo, que está sendo reformada com recursos de emenda do senador Weverton Rocha. Com isso, entre leitos próprios e em parceria, a rede municipal deve chegar a mais de 300 leitos para atendimento a pacientes com Covid-19.

A Prefeitura já tem como referência para atendimento aos pacientes com Covid-19 o Hospital da Mulher, com 53 leitos, dos quais 10 são de UTI e 43 são clínicos. Há também o convênio com o Hospital Universitário para disponibilização de 40 leitos, totalizando 93 leitos já prontos.

Além disso, a Prefeitura disponibilizou 12 unidades básicas de saúde exclusivamente para pacientes que apresentem sintomas leves

de síndromes respiratórias e gripais. Nestas unidades serão feitas consultas e, se necessário, o encaminhamento para exames e atendimento de maior complexidade.

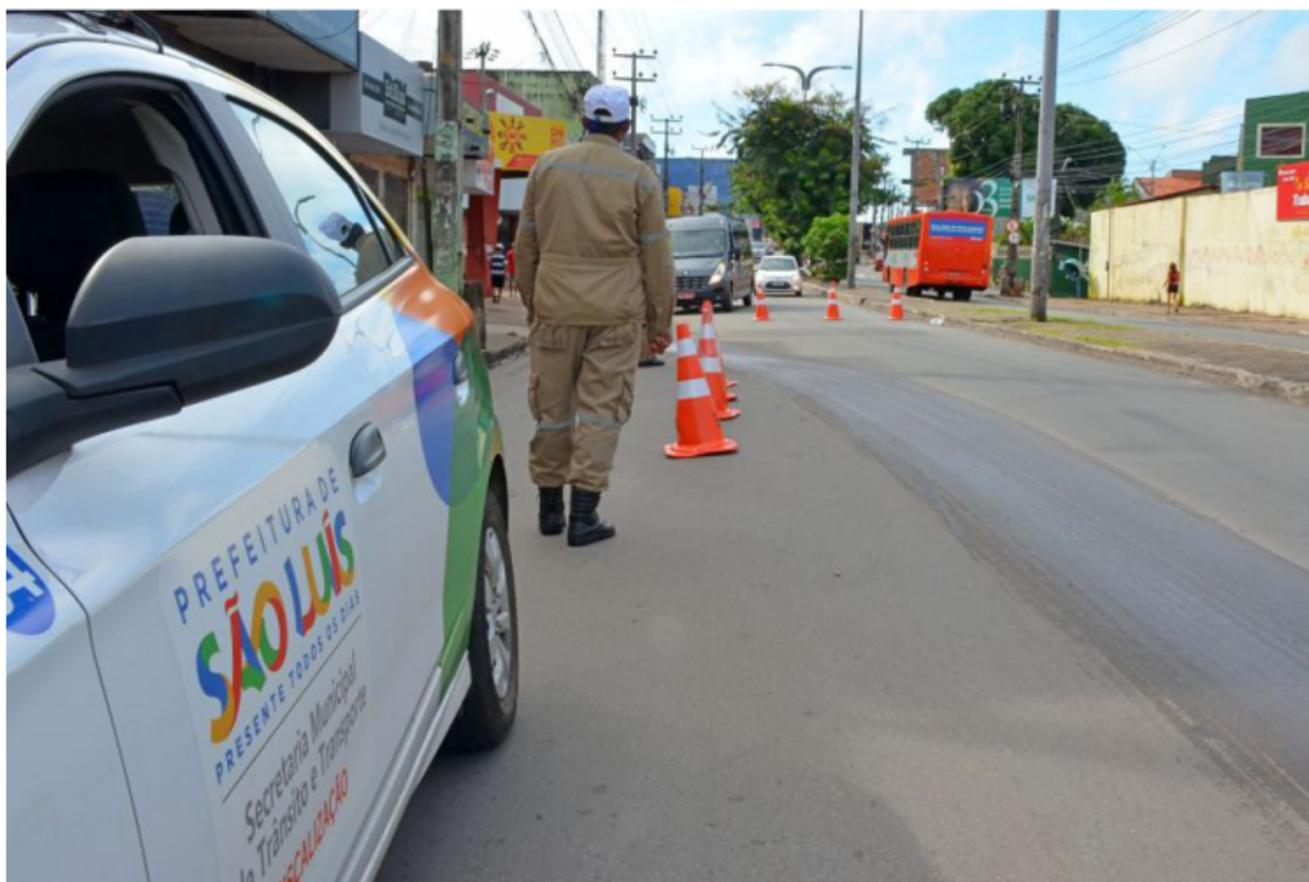
## ISOLAMENTO

Para garantir o cumprimento do estado de lockdown até o dia 14 deste mês, decretado por ordem da Justiça e acatado pelo Governo do Estado, a Prefeitura de São Luís tem mantido equipes de fiscalização de trânsito, comércio e demais áreas de forma intensiva desde terça-feira (5), quando iniciou

o bloqueio total. Um dos resultados foi a redução do tráfego de veículos nas avenidas de São Luís que chegou a 60% no primeiro dia, segundo apontou relatório da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT).

Outra medida importante que contribuiu para o menor número de veículos circulando na cidade foi a redução de 50% da frota do transporte coletivo, que também está sendo fiscalizado para assegurar que condutores e passageiros cumpram o que que determina a decisão judicial e os decretos estadual e municipal que disciplinam

o lockdown. Todos devem fazer uso de máscaras, tanto passageiros, motoristas e cobradores. Também está proibido o do transporte de pessoas em pé. O cumprimento do decreto de lockdown em São Luís está sendo fiscalizado por equipes da Prefeitura e do Governo do Maranhão. O decreto restringe a circulação de pessoas e paralisa atividades não essenciais em São Luís e região metropolitana por 10 dias, até o dia 14 deste mês, conforme determinação da Justiça.



**O decreto restringe a circulação de pessoas e paralisa atividades não essenciais em São Luís e região metropolitana por 10 dias, até o dia 14 deste mês, conforme determinação da Justiça.**

## **BASTIDORES**

## Não deboche do covid

Qual é a situação mais dolorosa, ter prejuízo com o fechamento do comércio e outras atividades não essenciais ou entrar numa fila de internação hospitalar ou de UTI e morrer antes e depois do atendimento?

## BASTIDORES

Raimundo Borges  
bastidores@oimparcial.com.br



# Não deboche do covid

Qual é a situação mais dolorosa, ter prejuízo com o fechamento do comércio e outras atividades não essenciais ou entrar numa fila de internação hospitalar ou de UTI e morrer antes e depois do atendimento? Os empresários têm razão e direito de defender seus negócios, mas é preciso também avaliar o tamanho do risco de se expor, expor os seus empregados e o público ao perigoso contágio do coronavírus. Esse é o drama geral diante de uma realidade trágica. Como não tem remédio ou vacina e ninguém vê o coronavírus na rua, desafiá-lo é perder a razão.

As pessoas que recusam o confinamento do lockdown e desafiam o perigo podem estar praticando um crime, mesmo no direito de defender o seu ganha pão. Porém, o negócio que ficar para trás na crise no covid-19 pode ser restabelecido amanhã, e a vida segue. Pior é a vida perdida, num duelo com o inimigo invisível. Quantos mais alguns teimosos duelarem com o coronavírus, mais cresce a fila do internamento e o número de mortos nas UTIs. Em situação pior estão médicos, enfermeiros e demais profissionais do ramo. Centenas deles estão morrendo no Brasil e no mundo, tentando salvar vida.

Com 7.921 mortes por coronavírus até ontem, Brasil se projeta como próximo epicentro global da pandemia. Dois estudos fazem projeções de casos no país enquanto dados oficiais seguem defasados pela falta de testes e de resultados dos exames feitos na rede particular. Maranhão, Pará e Ceará declaram 'lockdown' em algumas cidades. O Amazonas deve oficializar o mesmo, no dia de hoje, por pressão do Ministério Público. São Paulo e Rio avaliam. Portanto, quanto mais houver isolamento, mas cedo a atividade econômica se normalizará.

O vírus é devastador. E devasta principalmente quem dele faz chacota ou subestima o seu poder mortal. Não separa classes sociais. Tanto mata pobres das periferias quanto ricos de bairros chiques. A mesma igualdade ocorre nos cemitérios, com enterros sem direito sequer a uma oração de despedida. E mais: nos hospitais, a fila é única, por ordem de chegada, e não por classe social como ocorre em situação de normalidade. Portanto, peça a todos: respeitem à vida e as recomendações dos cientistas, que sustentam a decretação de lockdown.

## Sem alternativa

Depois de inúmeras tentativas de conscientizar a população sobre a necessidade do isolamento social para escapar da morte nos hospitais ou antes de chegar neles, vários estados perderam o medo da reação contrários e estão adotando o lockdown.

## Na rota do lockdown

O primeiro foi a Justiça do Maranhão, onde o juiz Douglas Martins determinou o fechamento completo das atividades não essenciais. Flávio Dino oficializou o ato e agora os estados do Ceará, Pará, Rio de Janeiro e Amazonas estão fazendo o mesmo.

## Dois mundos

O Maranhão, com sete milhões de habitantes, é do tamanho da Itália, com 60,8 milhões. Dados de ontem indicavam que a Itália tinha 213 mil casos confirmados de covid19 e 29 mil mortos. O Maranhão tinha 4.530 casos e 271 mortos. Aqui ninguém quer imitar a Itália.

## "O lockdown em São Luís é profilático".

*Do governador Flávio Dino, em entrevista à Agência Reuters, acrescentando que se a população não colaborar, as medidas podem endurecer ainda mais.*

# Dias das Mães: Justiça adia saída temporária de presos para junho

*Cerca de 730 presos estariam nas ruas a partir de ontem e só retornariam no dia 12 de maio*



## **Cautela manteve os detentos nos presídios do Maranhão, incluindo a CCPJ em Imperatriz**

A justiça, por meio do Juiz da 1ª Vara de Execuções Penais de São Luis, Rommel Cruz Viegas, achou por bem, devido a pandemia de coronavírus, adiar para o mês de junho, a saída temporária a que os presos teriam direito por conta do Dia das Mães, que será comemorado no próximo domingo.

Cerca de 730 presos, iriam sair ontem com determinação de retorno no dia 12 de maio, terça-feira da próxima semana.

A Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP) do Estado também queria o adiantamento da saída tempo-

rária de Dia dos Pais e do Dia das Crianças, mas o pedido foi negado pelo juiz.

Dos 730 presos que estão aptos a receber o benefício, 437 estão custodiados em unidades prisionais e 293 se encontram em prisão domiciliar. Os demais pedidos de benefícios, como progressão/antecipação de regime prisional, livramento condicional e prisão domiciliar, serão analisados individualmente em processos específicos.

A Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP), reconheceu entretanto, que não tinha possibilidade de aten-

der as recomendações, quanto do retorno dos detentos às prisões, na próxima terça-feira, nos aspectos materiais e físicos, bem como as medidas e barreiras sanitárias para a contenção do novo coronavírus, principalmente quanto as testagens. O receio é de que os detentos poderiam levar o vírus para as prisões quando retornassem. Por isso a precaução.

Em Imperatriz, a Justiça não informou qual o número de detentos que teriam direito a saída temporária do Dia das Mães, que também foi adiado para o mesmo período.

## Judiciário de Bacabal disciplina serviços essenciais no fórum

O Poder Judiciário de Bacabal disciplinou o funcionamento dos serviços e atividades essenciais no Fórum “Deusimar Freitas de Carvalho”, sede da comarca, até o dia 15 de maio, de acordo com as medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo coronavírus (Covid-19). Será mantido o regime de plantão extraordinário e o atendimento a distância será prestado por correio eletrônico (distribuicao\_bac@tjma.jus.br) e telefones do fórum.

Os servidores da Secretaria da Diretoria, Secretaria Judicial de Distribuição e Contadoria deverão cumprir jornada regular de trabalho remoto, a fim de viabilizar a continuidade da tramitação dos processos e não interromper a prestação jurisdicional.

Na Portaria 1668/2020, a juíza Vanessa Ferreira Pereira Lopes (1ª Vara Cível), diretora do fórum local, prorrogou até o dia 15 de maio a suspensão da

visitação pública e do atendimento presencial ao público externo, no âmbito das unidades jurisdicionais e administrativas da comarca, com exceção do atendimento por telefone ou outros meios eletrônicos disponíveis.

Segundo o documento, a medida foi tomada diante da necessidade de manter os serviços essenciais e o funcionamento dos setores administrativos no fórum, “os quais auxiliam a prestação jurisdicional, e compatibilizá-los com a preservação da saúde de magistrados, servidores, colaboradores e jurisdicionados dessa casa da justiça, reduzindo assim as possibilidades de disseminação e contágio da doença”.

### **CONTATOS:**

Distribuição - 99 98149-8775  
Contadoria - 99 98115-1058  
Setor Psicossocial - 99 99123-6559

## Vara da Raposa distribui cestas básicas para famílias carentes

A Vara Única do Termo Judiciário da Raposa, da Comarca da Ilha de São Luís, realizou, no último domingo (3), uma ação social com entrega de 145 cestas básicas para famílias carentes do município.

A iniciativa partiu dos servidores e teve pronta adesão e apoio por parte da juíza titular da unidade, Rafaella Saif.

De acordo com a magistrada, a corrente ganhou força e apoiadores por meio de aplicativos de mensagem. Ela

explicou que o compartilhamento em grupos de troca de mensagens possibilitou um alcance rápido e amplo de pessoas, sendo possível envolver amigos, familiares e operadores do Direito que atuam no termo.

“A ação social desenvolvida na Raposa representou a união de diversas pessoas e instituições com o objetivo único de amenizar o momento difícil pelo qual a população mais carente do município vem enfrentando. E

o sucesso só foi possível com a solidariedade, a união e o amor ao próximo, tanto dos organizadores, como daqueles que doaram e se envolveram”, ressaltou a magistrada.

Para escolha das famílias, a unidade contou com apoio de servidores da promotoria local e agentes comunitários, que colaboraram na identificação de famílias carentes em pelo menos três áreas do município. O principal critério levado em conta

foi a baixa renda dessas pessoas, em razão da vulnerabilidade frente à pandemia da Covid19.

A organização do movimento destacou a adoção de todos os cuidados para que não houvesse aglomeração. As estratégias foram definidas desde a arrecadação de valores, até o momento da doação. O 22º Batalhão de Polícia Militar garantiu a ordem durante a entrega das cestas, a fim de fazer cumprir as orientações de distanciamento e uso de máscaras.

## **7º Juizado Cível da Capital celebra acordos em audiências por videoconferência**

O 7º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo da Capital deu início, na última segunda-feira (4), à realização de audiências pelo sistema de videoconferência do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). As audiências, de conciliação, foram presididas pela magistrada Maria José Franca, titular da unidade. Segundo informações do 7º Juizado, foram celebrados acordos em todas audiências realizadas até o momento.

Para a juíza Maria José Franca, as partes e advogados tem a oportunidade, nesse período de isolamento social ocasionado pela pandemia Covid-19, de se beneficiar da praticidade de conciliar por meio das audiências virtuais. “O trabalho não para, toda a equipe do 7º Juizado Cível está empenhada em dar andamento aos processos”, pontuou.

A Lei nº 13.994, de 24 de abril de 2020, que alterou a Lei dos Juizados Especiais, possibilitou

a conciliação não presencial no âmbito dos juizados especiais cíveis. Com a medida foi garantida economia de tempo e dinheiro as partes. Fazendo jus aos princípios da Oralidade, Informalidade, Celeridade e Economia Processual, que norteiam os Juizados Especiais.

A lei (artigo 23) autoriza o juiz proferir a sentença “se o demandado (a parte acionada) não comparecer ou se recusar a participar da tentativa de conciliação não presencial”, mas, em geral e conforme o caso, quando a parte é pessoa física e não têm recursos tecnológicos para participar, o juiz não obriga a participação na audiência virtual, porque muitos moradores da zona rural não têm internet em casa. Outras unidades do sistema dos juizados também estão realizando as audiências por videoconferência, como é o caso do 8º Juizado Cível da Capital.

## Sessão virtual

# Turma Recursal de Presidente Dutra inclui 150 recursos na pauta de julgamento

DIVULGAÇÃO

A Turma Recursal Cível e Criminal de Presidente Dutra julgará 150 processos durante sessão virtual, iniciada no último dia 5, com término previsto para o dia 12 de maio. A pauta de recursos inominados dos processos eletrônicos foi publicada para consulta, com antecedência, no Diário da Justiça Eletrônico.

A abertura dos trabalhos foi feita por meio do sistema de webconferência do Tribunal de Justiça do Maranhão, com a participação dos juízes titulares e do presidente da subseção da OAB de Presidente Dutra e servidores do fórum

Nas sessões virtuais, realizadas sem a necessidade da presença física dos juízes em sala de sessão, são julgados os processos distribuídos por meio do sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe).

Os julgamentos eletrônicos em sessão virtual são feitos semanalmente e são considerados serviços essenciais para a continuidade dos trabalhos da Justiça na comarca, durante a pandemia da



Juíza Arianna Rodrigues de Carvalho Saraiva preside sessão virtual

Covid-19.

A Turma Recursal de Presidente Dutra é composta pelos juízes Arianna Rodrigues de Carvalho Saraiva (presidente), Clênio Lima Corrêa e Silvío Alves Nascimento, membros.

A presidente da Turma Recursal de Presidente Dutra, juíza Arianna Rodrigues de Carvalho

Saraiva, titular da Comarca de Dom Pedro, pretende realizar sessão por videoconferência na última semana de maio, conforme regulamentado pela Resolução nº 222020.

### VOTOS

De acordo com o Regimento Interno do TJMA (artigo 278-

G), durante a realização das sessões virtuais, os integrantes terão acesso aos relatórios e aos votos inseridos pelos relatores, podendo optar por quatro tipos de votos: acompanhar o relator; acompanhar o relator com ressalva de entendimento; divergir do relator ou acompanhar a divergência.

## Lockdown

# Blitz Urbana orienta comerciantes sobre determinação de funcionamento apenas de estabelecimentos essenciais

A Blitz Urbana, órgão da Prefeitura de São Luís, está orientando o comércio de serviços e produtos não essenciais sobre as medidas de restrições constantes na decisão judicial que determinou o lockdown na região metropolitana. Na manhã dessa quarta-feira (6), os fiscais estiveram na Cidade Operária, bairro de comércio popular intenso, disciplinando o funcionamento dos estabelecimentos que descumpriam os decretos estadual e municipal. Por meio de um trabalho de convencimento, todos os comerciantes de itens como roupas e calçados concordaram em suspender suas atividades. A fiscalização do comércio de produtos e serviços não essenciais está sendo feita pela Blitz Urbana com o apoio da Guarda Municipal e Polícia Militar. As equipes de fiscalização

verificaram um grande número de estabelecimentos comerciais não essenciais funcionando normalmente no bairro. Após serem informados que apenas serviços essenciais como a venda de alimentos, medicamentos, produtos de limpeza e higiene pessoal podem permanecer abertos, os lojistas do bairro concordaram em fechar suas portas.

A ação tem sido educativa. Durante as abordagens os fiscais informam sobre a determinação judicial e quais regras precisam ser cumpridas até o dia 14 de maio, quando encerra o período de lockdown na região metropolitana. O secretário adjunto de Fiscalização da Blitz Urbana, Samuel Dória, destacou que desde a terça-feira (5), quando teve início o lockdown em São Luís, todos os comerciantes abordados têm compreendido a importância

do cumprimento da medida. “Não temos tido qualquer tipo de resistência. O nosso trabalho tem sido educativo. Repassamos todas as restrições que constam nos decretos para o funcionamento do comércio e orientamos o fechamento dos estabelecimentos que não se enquadram como essenciais. É um trabalho de convencimento e temos percebido que o resultado está sendo positivo”, disse. No primeiro dia de lockdown, na terça-feira (5), a Blitz Urbana fiscalizou os comércios dos bairros Areinha, São Francisco, Renascença, Calhau, Vinhais, Cohama, Turu, Cohab e Cohatrac. Também foi fiscalizado o comércio da Fonte do Bispo. A Blitz Urbana prestou apoio à Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento (Semapa) na fiscalização dos mercados do Anjo da Guarda, João Paulo e

Liberdade.

Em todos esses locais, além de verificar se apenas o comércio essencial está funcionando, os fiscais têm orientado sobre o uso de máscaras, a importância do distanciamento nas filas e restrições ao acesso de pessoas a estabelecimentos para evitar aglomerações. Além do comércio, estão sendo fiscalizados o tráfego de pessoas e veículos e os mercados. O objetivo é fazer com que seja cumprido o isolamento social e reduzir a curva de casos da Covid-19 na ilha de São Luís. O cumprimento do decreto de lockdown em São Luís está sendo fiscalizado por equipes da Prefeitura e do governo do Maranhão. O decreto restringe a circulação de pessoas e paralisa atividades não essenciais em São Luís e região metropolitana por 10 dias, até o dia 14 deste mês, conforme determinação da Justiça

## **Defensoria ajuíza Ação Civil Pública para ter acesso a Sistema de Regulação de Leitos da SES**

A Defensoria Pública do Estado, por meio do Núcleo do Idoso, da Pessoa com Deficiência e da Saúde, ajuizou Ação Civil Pública (ACP) na Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca de São Luís, visando garantir que a instituição tenha acesso ao Sistema de Regulação de Leitos que é gerenciado pela Secretaria Estadual de Saúde (SES).

A ACP, dentre outras providências, pede ao Poder Judiciário que a SES publique a quantidade de testes rápidos e molecular que detectam o novo Coronavírus nas unidades de saúde, a localização dessas unidades de saúde e a forma de distribuição. A ação também

contemplaria o próprio Judiciário e o Ministério Público maranhense, como já ocorre em outros estados da federação. Tal pedido se deve a inúmeras reclamações de assistidos da Defensoria, que vão desde a falta de testes até a falta de leitos, seja de enfermaria ou UTI. Desta forma, tendo como prioridade a resolução administrativa, foram encaminhados diversos ofícios para a SES, com pedidos de esclarecimentos e recomendações a fim de que a sociedade saiba o atual panorama da prestação de serviços no setor.

O documento assinado pelos defensores Benito Pereira Filho e Cosmo Sobral da

Silva, destaca que pedidos foram feitos anteriormente diretamente à Secretaria, de maneira extrajudicial, sobre o quantitativo de testes disponíveis. Também, pediu a otimização do atendimento de testagem destinado a profissionais da linha de frente ao enfrentamento da pandemia. No entanto, não teve sua solicitação atendida. Neste contexto, e pretendendo resolver o impasse de forma administrativa, a Defensoria solicitou a designação de audiência de Conciliação entre as partes, por meio de Teleconferência.

# Lockdown na Ilha de São Luís mantém bloqueios e reduz circulação pelo 2º dia

O segundo dia de lockdown na Ilha de São Luís, nesta quarta-feira (6), continuou com adesão da população e a formação de bloqueios em diversos locais. Pontos como Elevado da Cohab, o bairro Bequimão e as avenidas Jerônimo de Albuquerque e São Luís Rei de França ficaram esvaziados. Na Cidade Operária houve bloqueio para fazer as regras serem cumpridas. **PÁG.9**



A Avenida Jerônimo de Albuquerque teve redução drástica na movimentação de veículos e pedestres

# Lockdown na Ilha de São Luís mantém bloqueios e reduz circulação pelo 2º dia

DIVULGAÇÃO

O segundo dia de lockdown na Ilha de São Luís, nessa quarta-feira (6), continuou com adesão da população e a formação de bloqueios em diversos locais. Pontos como Elevado da Cohab, o bairro Bequimão e as avenidas Jerônimo de Albuquerque e São Luís Rei de França ficaram esvaziados. Na Cidade Operária, houve bloqueio para fazer as regras serem cumpridas. Na entrada da Ilha, perto do Estreito dos Mosquitos, a barreira impediu a circulação de veículos não autorizados. Poderam entrar e sair da cidade caminhões com cargas, viaturas e ambulâncias, por exemplo.

“A movimentação que está tendo é só dos caminhoneiros. Tivemos poucos veículos particulares. O cidadão que veio [sem autorização] acabou retornando”, disse o comandante Juarez, do 21º Batalhão da Polícia Militar. Dentro das cidades, puderam circular trabalhadores de serviços essenciais devidamente autorizados pela declaração entregue pelas empresas. Moradores em busca de serviços essenciais, como mercados e hospitais, também podem se deslocar.

O lockdown determinado pela Justiça e acatado pelo governo do Maranhão vai até o dia 14 na Ilha de São Luís. O objetivo é conter a curva de contaminação do coronavírus. As demais regiões do Estado não entraram no lockdown porque os casos estão concentrados na capital e em seu entorno.

## AS REGRAS

O lockdown é o bloqueio da maior parte das atividades comerciais e da circulação de



Uma barreira foi montada na via de acesso à Cidade Operária, para garantir o cumprimento do lockdown

peças. Vale apenas na Ilha de São Luís, até o dia 14. Só podem funcionar serviços essenciais, como os mercados. A venda de alimentos está liberada. Podem abrir as portas supermercados, mercadinhos, feiras, quitandas e estabelecimentos que vendam alimentos. Mas todas as empresas e todos os estabelecimentos abertos

precisam seguir regras para evitar aglomerações e reduzir o risco de contágio. Caminhões com cargas de alimentos e produtos de limpeza e higiene, entre outros itens, podem entrar e sair da Ilha. Podem continuar circulando pessoas que trabalham em atividades essenciais ou que estejam se deslocando em busca de um serviço essencial. Por

exemplo, um médico pode sair para o trabalho ou uma pessoa pode ir ao mercado comprar alimentos e produtos de limpeza. A empresa para qual o funcionário trabalha precisa emitir uma declaração que deve sempre ser levada com ele. O modelo de declaração pode ser conseguido junto do decreto que trata sobre o lockdown, no site do governo do Estado.

## RESUMO DAS ATIVIDADES LIBERADAS

Supermercados, feiras, quitandas e estabelecimentos semelhantes; delivery de alimentos; venda de produtos de limpeza e de higiene pessoal;  
- Hospitais, clínicas e laboratórios; farmácias; clínicas veterinárias para casos urgentes;  
- Postos de combustíveis;

abastecimento de água e luz; coleta de lixo; imprensa; serviços funerários; telecomunicações; segurança privada;  
- Serviços de manutenção, segurança, conservação, cuidado e limpeza em ambientes privados (empresas, residências, condomínios);

- Oficinas e borracharias; pontos de apoio para caminhoneiros nas estradas, como restaurantes e pontos de parada;  
- Serviços de lavanderia; comércio de álcool em gel; indústrias do setor de alimentos, bebidas e produtos de higiene e limpeza.



# A CIÊNCIA PELO 'LOCKDOWN'

## PARA ESPECIALISTAS, RESTRIÇÕES DEVEM SER MAIS SEVERAS

LUCAS ALTINO, SÉRGIO ROXO,  
LEANDRO PARAZERES E  
RENATA MARIZ  
sociedade@oglobo.com.br  
RIO, SÃO PAULO E BRASÍLIA

**D**iante da escalada da Covid-19 no país, cientistas estão recomendando a adoção de medidas mais severas para impedir a circulação de pessoas pelas ruas de estados e cidades onde o sistema de saúde está ameaçado de colapso. A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) recomendou a implantação urgente do *lockdown* no Estado do Rio. A iniciativa, segundo a instituição de pesquisa, é para evitar uma “catástrofe humana de proporções inimagináveis para um país com a dimensão do Brasil”. O Comitê Científico do Consórcio do Nordeste também reforçou essa estratégia para os estados da região que estejam com uma ocupação de leitos superior a 80% e uma curva ascendente de casos. O prefeito de São Paulo, Bruno Covas (PSDB), disse que o confinamento compulsório ainda não está em seus planos, mas não descartou a possibilidade:

— A prefeitura tem, em cima da mesa, várias opções de ação. Estamos buscando aquelas que não restrinjam ainda mais a atividade econômica. Mas, quando eles (a Secretaria de Saúde) acharem ser necessário, nós faremos.

O ministro da Saúde, Nelson Teich, admitiu ontem que haverá situações em que a recomendação será para o *lockdown*. Segundo ele, as novas diretrizes do Ministério da Saúde sobre as políticas de isolamento que devem ser usadas no país estão prontas,

mas que o órgão estuda o melhor momento para divulgá-las. Ele afirmou que deverá pedir aos integrantes do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (Conass) que revisem o plano.

— Vai ter lugar em que vamos recomendar *lockdown*, e vai ter lugar que vai permitir fazer outras coisas — afirmou o ministro.

Um relatório divulgado ontem pelo comitê do Nordeste, comandado pelo neurocientista Miguel Nicolelis e pelo ex-ministro Sérgio Rezende, afirma que “o *lockdown* é eficaz para reduzir a curva de casos e dar tempo para a reorganização do sistema de saúde”. O documento lembra que países que implementaram a medida conseguiram sair com rapidez do momento mais crítico da pandemia.

### MEDIDA COMEÇA NO PARÁ

As únicas cidades que decidiram adotar o *lockdown* ficam no Nordeste e no Norte. Por decisão da Justiça, a capital do Maranhão e outros três municípios da Região Metropolitana do estado já estão sob restrições mais severas desde anteontem. A medida vale por dez dias. Um decreto no Pará estabeleceu o bloqueio total em dez cidades a partir de hoje. Já o governo cearense anunciou restrições de circulação em Fortaleza, que concentra 80% dos casos do estado, de amanhã até o dia 20.

Em Pernambuco, há discussões sobre a adoção do *lockdown*, mas o governo afirma que a decisão sobre a medida ainda não foi tomada. Ontem, circularam informações sobre o isolamento

no Recife, e houve corrida a bancos e supermercados. O governo chegou a divulgar uma nota para negar que o martelo sobre a adoção da medida já tenha sido batido.

— Esse bloqueio completo ou bloqueio total é muito difícil de ser implementado ou de ser sustentável sem apoio do governo federal. Mas, obviamente, não há uma dependência disso e nós estamos ainda estudando — afirmou o secretário estadual da Saúde, André Longo.

No Amazonas, o juiz Ronnie Frank Torres Stone, da 1ª Vara da Fazenda Pública, negou o pedido de liminar feito pelo Ministério Público para impedir a circulação pelas ruas do estado. Os promotores defendiam que era necessário garantir, “de fato, o isolamento social” para reduzir o avanço do coronavírus. Por isso, pediam que a medida fosse adotada por dez dias, com a aplicação de multa de R\$ 100 mil em caso de descumprimento.

No Rio, o governador Wilson Witzel já discute com juristas a proposta de *lockdown* apresentada pelo comitê de cientistas que assessora o estado nos temas relativos à Covid-19. Integrante do grupo, o epidemiologista Roberto Medronho, da UFRJ, disse que isolamento radical é a única maneira de deter o avanço rápido da doença. Na opinião dele, a medida deveria ter “começado ontem”.

— A única vacina que nós temos no momento é o *lockdown*. Nós estamos recomendando sabendo que é um remédio amargo, mas não é por ser um remédio amargo que nós deixaremos de receitá-lo ao paciente.

Nós estamos vendo hoje pessoas lotando as emergências sem vaga de CTI. E isso tende a se agravar. Infelizmente, poderemos ver pessoas morrendo em casa sem assistência médica. Então, a hora de decretar o *lockdown* é agora, para tentar reduzir essa escalada — afirmou.

Outra especialista do comitê, a pneumologista Margareth Dalcom, da Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz, concorda com Medronho: o *lockdown* já deveria ter sido implantado.

— A medida será tomada tardiamente. Isso deveria ter acontecido há três semanas, quando a situação não era tão dramática — disse.

O relatório da Fiocruz, divulgado ontem pelo Ministério Público do Rio, mostra que, sem restrições mais severas, esse quadro deve piorar. O *lockdown* é a opção neste momento para “salvar vidas”, cita o documento. Uma projeção feita pelos pesquisadores aponta que, de acordo com o panorama atual, entre os dias 13 de

maio e 22 de julho, o estado não terá mais leitos de UTI, seja na rede pública ou na privada. Eles ressaltam, no entanto, que essas medidas mais restritivas devem vir acompanhadas de “apoio econômico e social às populações vulneráveis”.

O Ministério Público do Rio enviou o parecer da Fiocruz para o governo do estado e para as prefeituras fluminenses. Wilson Witzel ainda não decidiu pelo *lockdown*. Mas, ontem, o estado começou a apertar o cerco contra aqueles que desrespeitam a quarentena. Comerciantes de setores não essenciais que abrirem as portas serão multados. Já quem insistir em se aglomerar em praias e parques poderá ser levado para a delegacia e autuado.

Se adotado o *lockdown*, as divisas do estado seriam fechadas e a circulação de pessoas ficaria restrita a ações essenciais, como para compra de alimentos e medicamentos e serviços de delivery.

#### O que é o 'lockdown'

> O distanciamento ou isolamento social é feito para reduzir o contato entre as pessoas (inclusive as não infectadas) e, assim, desacelerar a disseminação de uma doença. Fazem parte dessa medida o fechamento do comércio não essencial e o home office, o

trabalho em casa.

> Já o *lockdown* é a restrição completa do trânsito de pessoas pelas ruas — só há exceção para trabalhadores de áreas essenciais, como saúde e segurança. São permitidas também idas a mercados e farmácias.



**Sem isolamento.** O movimento na orla de Ipanema, onde fica a estátua de Tom Jobim: máscara no monumento